



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **4 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 12 de fevereiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO	
Emprego industrial tem alta recorde	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO	
Verba federal será menor para 2/3 dos municípios do país	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO	
Emprego na indústria cresceu 3,4% em 2010	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADÃO	
BNDES terá injeção de até R\$ 55 bilhões	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Emprego industrial tem alta recorde		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Apesar da estagnação em dezembro, contratações avançaram 3,4% em 2010, o maior crescimento da série do IBGE, iniciada em 2002

Alexandre Rodrigues / RIO - O Estado de S.Paulo

O emprego na indústria avançou 3,4% em 2010, a maior alta da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2002. Apesar do recorde, o indicador ficou estagnado no fim do ano. Recuou 0,1% em dezembro, na comparação com o mês anterior, após três meses de estabilidade.

Concentrado no primeiro semestre, o crescimento das vagas na indústria colecionava sete meses seguidos de alta em agosto, quando desacelerou. O desempenho segue a dinâmica da **produção** industrial, que cresceu 10,5% no ano passado, mas caiu 0,7% no último mês do ano.

O gerente da pesquisa do IBGE, André Macedo, concorda que o emprego na indústria, o mais qualificado na economia, começa o ano em condições bem diferentes das de 2010, quando o indicador recebeu o impulso da recuperação da **produção** no final de 2009. "São cenários diferentes. No fim de 2009, a indústria estava sob impacto de incentivos, como a redução de IPI para carros e eletrodomésticos de linha branca. Agora, não há esse impulso. O emprego vai depender do ritmo da **produção** industrial em 2011. Temos de aguardar como vai se comportar."

Macedo avalia que a taxa recorde de 2010 reflete a recuperação gradual do pessoal assalariado ocupado nas fábricas ao longo do ano, depois da queda de 5% em 2009 em meio à crise internacional, mas também foi influenciada pela baixa base de comparação. "É uma combinação dos dois fatores. A leitura é muito parecida com a da **produção** industrial. Embora a **produção** tenha superado o patamar anterior à crise em março do ano passado, o emprego

industrial ainda está 1,7% abaixo do nível de setembro de 2008", afirmou Macedo, que destacou o avanço em todos os 14 locais pesquisados e em 13 dos 18 segmentos investigados. Lideraram metalurgia básica (7,7%) e bens de capital (7,3%).

O economista explicou que é natural o emprego não seguir a evolução da **produção** na mesma proporção, já que o custo de contratação pode fazer com que os empresários adiem o aumento de pessoal diante da retomada do ritmo para aumentar a produtividade.

Horas extras. A alta de 4,1% no número de horas pagas em 2010, após a queda de 5,3% em 2009, pode indicar a manutenção das contratações na indústria. A alta reflete um crescimento das horas extras, principalmente nos segmentos de bens de capital (11,3%), produtos de metal (10,6%) e eletroeletrônicos (9,8%).

Diferentemente das vagas, as horas pagas não desaceleraram no final do ano. Tiveram alta de 0,3% e 0,4% em novembro e dezembro, respectivamente. "Esse indicador reflete maior número de horas extras na indústria e pode servir como um antecedente de futuras contratações", avaliou Macedo.

O técnico do IBGE também destacou o crescimento de 6,8% na folha de pagamento real das fábricas, que reflete aumento da renda e do pagamento de participação nos lucros. Em 2009, houve queda de 5,3%. No entanto, o indicador apresentou queda de 1,7% no último trimestre de 2010, frente ao imediatamente anterior, após 12 meses consecutivos de crescimento. / COLABOROU ALESSANDRA SARAIVA

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Verba federal será menor para 2/3 dos municípios do país		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cidades têm menos habitantes que a estimativa usada para calcular valor de repasses, segundo o Censo 2010

Fazenda diz que só cinco prefeituras receberão quantia menor que a de 2010; PI é o Estado mais afetado, diz pesquisa

**MARÍLIA ROCHA
DE SÃO PAULO**

Dois terços das cidades do país receberão neste ano repasses proporcionalmente menores do FPM (Fundo de Participação dos Municípios), um dos principais mecanismos de transferência do **Governo Federal**.

A redução, apontada pelo **Ministério** da Fazenda, reflete os resultados do Censo 2010 do IBGE, em que muitos municípios registraram número de habitantes menor do que a estimativa de 2009, que serviu de base para o cálculo do FPM no ano passado.

A diminuição ocorrerá apesar de o valor total do fundo ter subido 30% em 2011. O FPM tem como origem valores arrecadados com o IPI e o Imposto de Renda.

Com o número de habitantes revisto, um município que, por exemplo, recebeu R\$ 10 mil em 2010 e calculou que receberia R\$ 15 mil em 2011, pode ficar só com R\$ 12 mil. O valor real é maior, mas a participação sofreu queda.

Para o **Ministério**, essa diminuição relativa pode ser interpretada "como um aumento de concentração de população" em regiões metropolitanas do país.

Levantamento da Confederação Nacional de Municípios indica que o Piauí foi o Estado mais afetado pelos novos

cálculos. Em 222 dos 224 municípios houve uma redução proporcional.

O **Ministério** da Fazenda, no entanto, aponta que apenas cinco municípios receberão um valor efetivamente menor do que em 2010. A maior parte das cidades terá participação menor na distribuição, mas receberá mais.

Entre as cidades com perdas reais, estão municípios menores, como Faro (PA), de 8.000 habitantes, e Barreiras (BA), de 137 mil moradores.

A confederação diverge, e calcula que 176 municípios terão redução no valor repassado pela União.

O presidente da Associação Brasileira de Municípios, Alberto Muniz, afirma que mudanças na participação são um transtorno.

"Se o município se projetou para receber um valor, considerou a participação que tinha e fez um plano anual, não dá para estancar aquilo de uma hora para outra", defende.

O presidente da confederação, Paulo Ziulkoski, indica que uma redução do esperado pode ser significativa para pequenos municípios.

"Às vezes, R\$ 1,5 milhão a menos em um município de 15 mil habitantes representa 10% de um orçamento, tem um impacto brutal", diz.



VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
TÍTULO Emprego na indústria cresceu 3,4% em 2010		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Foi a maior taxa desde 2002. Em dezembro, porém, houve recuo de 0,1% frente a novembro

O emprego na indústria brasileira cresceu 3,4% em 2010, na maior taxa da série histórica do IBGE, iniciada em 2002. Em 2009, quando o país sofreu uma recessão em decorrência da crise financeira iniciada em 2008, o emprego na indústria havia recuado 5%. Os salários no setor industrial avançaram 6,8% no ano passado, revertendo a queda de 2,4%. Houve aumento de emprego e de renda em todos os 14 locais pesquisados pelo IBGE.

No entanto, em dezembro, após quatro meses de estabilidade, o número de ocupados na indústria nacional recuou 0,1% em relação a novembro, já descontados os efeitos sazonais. Na comparação com dezembro de 2009, porém, houve um crescimento de 3,4%, a maior variação desde 2002.

"O emprego industrial encerrou 2010 com a taxa mais elevada da série histórica, refletindo não só a recuperação gradual do emprego industrial ao longo do ano, mas também a baixa da base de comparação, em função dos ajustes realizados no mercado de trabalho em 2009, por causa dos efeitos da crise econômica internacional", afirma a nota do IBGE divulgada ontem.

Salários na indústria do Rio cresceram 9,3%

No Rio de Janeiro, o emprego industrial avançou 5,6% no ano passado. No estado de São Paulo, a alta foi de 2,8%. Os trabalhadores da indústria fluminense também tiveram forte aumento de salários, de 9,3% em 2010. Foram seguidos pelos gaúchos: no Rio Grande do Sul, a folha de pagamentos real (descontada a inflação) aumentou 9,1% no ano passado. Em São Paulo, o ganho foi de 5%.

	VEÍCULO O ESTADÃO	EDITORIA	
	TÍTULO BNDES terá injeção de até R\$ 55 bilhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os recursos serão usados em programa para financiar máquinas, caminhões e projetos de inovação tecnológica. Só pequenas e médias empresas terão direito a juro subsidiado.

Subsídios a empresas devem diminuir

Novo aporte ao BNDES aumenta juros de financiamento a grandes empresas

Renata Veríssimo / BRASÍLIA

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) receberá um novo aporte do Tesouro Nacional, que deve girar entre R\$ 45 bilhões e R\$ 55 bilhões.

Os recursos serão usados nas linhas de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), criado para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, de caminhões e projetos de inovação tecnológica com taxas de juros subsidiadas pelo governo.

O anúncio das novas linhas do programa deve ser feito na segunda-feira pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, e pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Subsídios. O programa, batizado de PSI 3, foi remodelado. As grandes empresas não terão mais direito a taxas de juros subsidiadas pelo Tesouro. Só as pequenas e médias empresas continuarão com o benefício, mas num patamar mais alto que o atual. Segundo uma fonte do governo, as novas taxas ainda estão sendo calculadas, assim como o valor exato do aporte no BNDES. No entanto, a fonte avalia que os juros do BNDES para as grandes empresas ainda serão menores que as cobradas pelo sistema financeiro. "Não deve passar de 10% (ao ano)."

Os juros ficarão mais altos a partir de abril, como antecipou o Estado esta semana, porque o governo precisa compensar o aumento de 0,5 ponto percentual na taxa Selic promovido pelo Banco Central em janeiro.

As taxas para compra de máquinas e equipamentos são de 5,5% ao ano enquanto os juros para financiamentos destinados à compra de ônibus, caminhões e tratores no âmbito da Finame (Agência Especial de Financiamento Industrial) são de 8% ao ano. As duas linhas de financiamento para inovação tecnológica têm juros de 3,5% e 4,5%.

Grande procura. No lançamento do programa, as taxas cobradas dos empresários eram de 4,5% e 7%, respectivamente, mas já foram elevadas em um ponto percentual em julho de 2010, depois que a economia brasileira deu sinais de recuperação. Apenas as linhas de inovação tecnológica ficaram com as taxas inalteradas.

O PSI tinha data de validade até 31 de março, mas diante da grande procura, principalmente pelas pequenas e médias empresas, o governo decidiu prorrogá-lo pela terceira vez. Para isso, o Tesouro terá que fazer um novo aporte, o que deve elevar a dívida em títulos do governo.

Em 2009 e 2010, o programa recebeu R\$ 134 bilhões, dos quais R\$ 124 bilhões já estão comprometidos. Para fazer as transferências de recursos para o BNDES, o Tesouro teve que vender títulos públicos, o que elevou a dívida pública em papéis.

O programa é bancado pelo Tesouro em duas vias: primeiro no repasse dos recursos para o BNDES e, depois, na equalização entre o custo do dinheiro para o BNDES e as taxas cobradas das empresas. O Tesouro banca a diferença entre as taxas.

Mudança de discurso. Durante a campanha presidencial, o ministro Guido Mantega afirmou que não

haveria mais aportes do Tesouro no **BNDES**, mas, após a eleição de Dilma, o discurso mudou e ele voltou a sinalizar com mais recursos para o banco. De 2008 a 2010, o Tesouro repassou R\$ 236 bilhões ao **BNDES**, para o PSI e outros fins.

As linhas do PSI foram criadas para melhorar a oferta de crédito para as empresas e estimular a venda

de máquinas e equipamentos, o último setor a se recuperar dos efeitos da crise. O Tesouro informou que R\$ 113 bilhões já foram contratados pelas empresas e outras solicitações no valor de R\$ 11 bilhões estão em análise pelo banco. O órgão ainda não precisou fazer a equalização das taxas de juros destas operações.